

É possível fazer tábula rasa do passado ... e do presente dos historiadores?

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES*

Há um projeto de lei em tramitação no Senado Federal criando a profissão de “historiador”. Há alguns anos o projeto caminha pela casa legislativa e encontra alguma indiferença para ser aprovado. A ANPUH procura mobilizar seus filiados a fim de acompanharem o projeto de lei, apoiando a iniciativa e se dispondo aos congressistas para consultas visando à composição de justificações para o pleito. No rol de documentos normativos a que se sujeita a apreciação de matérias naquela casa legislativa, a justificação para a aprovação configura um historiador cuja atividade não se restringe ao exercício do magistério.¹

O processo de criação da profissão de historiador pode parecer algo que passa ao largo do interesse de muitos de nós, historiadores, ocupados com tarefas cotidianas de sala de aula, encontros e seminários, pesquisa. Movidos por regras de alta produtividade de agências de fomento e do orçamento de governos, historiadores precisam continuar a atuar como sempre o fizeram. Se o profissional vingar, talvez nada mude na rotina dos historiadores especialistas, porém a existência de um profissional reconhecido pode ter conseqüências caso os historiadores se dispuserem a reverter positivamente o fato. O texto legal que tramita no Senado Federal justifica a medida da profissionalização como a seguir.

(...) O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística.²

* Doutor – História (UFMG)

¹ As informações sobre o processo podem ser encontradas na página da ANPUH, em que há um campo específico sobre a “profissionalização”: <http://www.anpuh.org>. No site do Senado Federal, pode-se consultar o texto do projeto de lei 368/2009 em <http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/64881.pdf>.

² Ver o texto integral do projeto de lei em <http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/64881.pdf>.

O fato configura uma profissionalização certamente diferente do processo de profissionalização da História no século XIX europeu e do século XX brasileiro com a criação dos cursos de História e Geografia. Com diferentes nuances e enfoques, autores estrangeiros e brasileiros discorreram sobre o processo de institucionalização do que seria uma atividade sistemática e metódica de recuperar o passado e relacioná-lo com o presente e o futuro, ou com o estudo da sociedade nas Ciências Sociais – ao qual grande parte dos historiadores acreditam se filiar. Os autores sabem que o processo de profissionalização em diversas experiências históricas nunca foi pacífico. Suas análises acentuam conflitos internos ao corpo de profissionais que se constituía, avaliando critérios adotados para a aceitação de novos membros no interior da corporação, como os conflitos entre historiadores especialistas e eruditos que pesquisavam o passado por critérios que não os obrigavam ao crivo dos novos profissionais.

A França e a Inglaterra são analisadas por Stephen Bann e Marc Ferro. Bann analisa o desenvolvimento da profissão histórica europeia e suas relações com “as formas institucionalizadas de poder no Estado Moderno” (BANN, 1994:27). E menciona as “duas mais célebres figuras da historiografia inglesa do século XIX”, Carlyle e Macaulay, que não se dispuseram a “aderir às instituições [de historiadores profissionais] recém-fundadas”, encontrando em “companheiros e amigos, preferencialmente em círculos literários e políticos de um tipo mais geral” sua autoridade e legitimidade. Já Ferro realça a relação dos historiadores metódicos com historiadores antiquários e identifica sistemas de referência de autoridade e legitimidade da ciência histórica tomados de empréstimo de ciências já instituídas antes, como a Medicina, o Direito e a Teologia. (FERRO, 1985)

No Brasil, autores pesquisam a criação das universidades públicas após a Reforma Campos, de 1931, e analisam – nas Ciências Sociais, principalmente – o processo de separação entre a reflexão literária e filosófica da reflexão sobre a sociedade, marcante do processo histórico brasileiro, onde, durante muito tempo, a literatura ocupou um “lugar central na vida do espírito”.³ A discussão sobre a institucionalização da História não é fácil e levanta posicionamentos acalorados, de indiferença, relutância ou adesão de muitos historiadores especialistas. Às pessoas que

³ Os trabalhos mais salientes provêm do campo sociológico e Sérgio Miceli é um dos autores significativos aqui. Ver MICELI, Sérgio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. SP: Vértice, Ed.Rev.dos Tribunais; IDESP, 1989.

pesquisam em arquivos e fazem textos sobre o passado e a memória, somam-se, já de algum tempo, as oportunidades de trabalho e atuação que surgem em ambientes não-acadêmicos – muitas vezes vinculados à grande mídia e a circulação de produtos que não se restringem ao círculo de formados em História - ambientes que requerem pesquisas sobre o passado e cujas oportunidades na maioria das vezes são perdidas por historiadores, que os desdenham sob o suposto de que não atendem aos parâmetros de uma história “certa” e “verdadeira”.

Propomos aqui lançar o que poderia ser alguns vetores de análise, visto que entendemos ser a criação da profissão de historiador em pauta um fato que envolve desafios suscitados por premissas que reconsideram noções e conceitos seculares cristalizados sobre nossa atividade de especialistas e o papel auto-evidente que nos auto-atribuímos dentro da sociedade. A questão é bastante espinhosa, porém admitimos que ela deva ser investigada sob alguns aspectos relevantes da relação entre historiadores no interior da corporação acadêmica e da relação entre a cultura histórica historiadora e a cultura histórica em geral. Examinando os historiadores como homens políticos, Hobsbawn adverte de que eles não devem se furtar de sua dimensão de contribuintes sobre o que a sociedade constrói sobre seu passado: “(...) eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político (...) (HOBSBAWN, RANGER, 1984:22)

Alguns dados brasileiros indiscutíveis?

Há alguns dados da realidade brasileira sobre os historiadores. A História tem perdido terreno e os historiadores postos de trabalho e atuação, na contramão do texto do projeto de lei supracitado. A História vem perdendo terreno para a Memória, da qual se afasta, mas com a qual se combina: a matéria vertente de ambas é o passado. Gostemos ou não, dados sobre o Ensino de História nas escolas fundamental e média brasileiras e sobre a situação da matéria “História” dentro das escolas não são bons. Os professores são insatisfeitos e os alunos não “vêem sentido” em estudar a matéria, embora existam boas iniciativas realizadas por professores de História. O senso comum brasileiro é mais pragmático e – não acreditamos que falamos bobagem aqui – refere-se

ao que seria a falta de utilidade da História. A colocação parece-nos um pouco imprópria a levarmos em consideração mensurar a “utilidade do passado” como se a história fosse uma ciência natural. Mas se somos resultados de uma formação social em que há pontos de vista que fazem a indagação, nós, historiadores, não deveríamos deixar de pensar sobre nossa dificuldade em analisá-la com atenção. Não seria o caso de sermos nós aqueles que exatamente deveriam saber apreciar melhor a percepção social sobre nossa falta de utilidade? Cursos superiores ditos “tecnológicos” têm sido criados e não têm a História no horizonte de expectativas de seus “clientes”, e a célebre pergunta de Marc Bloch – “pra que serve a História?” – não estaria sendo substituída por outra: “O que fazemos hoje com um curso de História? O que podemos fazer como historiadores? Se a primeira pergunta inclui a palavra “servir”, e pode-se questioná-la pelo que remete a um juízo de valor quanto ao objeto da ciência histórica, já a segunda pergunta não nos parece remeter ao objeto da História, mas a seus fazeres, sem questionar seu valor.

Em instituições de ensino superior a História tem desaparecido, cursos têm sido fechados em universidades particulares e hoje a História só sobrevive em universidades financiadas pelo orçamento público e em algumas PUCs do país.⁴ Em que medida a responsabilidade dos fatos não cabe aos historiadores também e a seus paradigmas que informam o lugar social da História e do historiador por eles praticados? A “falta de sentido” do estudo da História, a identificação – equivocada ou não - de sua “inutilidade” e as reações indignadas de historiadores especialistas não acontecem, porém, num contexto de retraimento do interesse pelo passado. Analisando, em 2005, o que qualifica de um “neo-historicismo”, Beatriz Sarlo discute a história feita por historiadores acadêmicos e não-acadêmicos. As últimas décadas viram um espantoso processo de “museificação”, a disseminação do “passado-espetáculo”, um “surpreendente renascer do romance histórico, dos *best-sellers* e filmes (...) das histórias da vida privada (...) da reciclagem de estilos”.⁵ O processo, segundo Sarlo, deixa “historiadores e ideólogos inconformados”, mas alerta: “(...) as operações com a história

⁴ Eu mesmo fui professor de uma fundação de Ensino Superior em Minas Gerais, durante quatro anos: 2002 a 2005. Havia licenciaturas de História, Letras, Matemática e Geografia, que foram fechadas em 2007.

⁵ Também Hartog se utiliza da expansão do fenômeno para construir seu conceito de presentismo. Ver: HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Revista Varia Historia*. BH, v.22, n.36, jul/dez.2006, p.261-273.

entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX” (SARLO, 2005:11).

O que a autora coloca em termos de mudança da realidade nas últimas décadas, um tipo de “hiper-valorização de memória”, não cria oportunidades e espaços de atuação para historiadores? Mesmo se deixarmos momentaneamente de lado a reflexão sobre ações de extensão a serem desenvolvidas por historiadores em equipamentos educativos e culturais onde há lugar para difusão de conhecimento e participações mais conceituais, menos “vendidas” ao mercado e valorizadas por agências de fomento científico – como as diversas rádios e tevês educativas universitárias – parece-nos que há um postulado intrínseco defendido por muitos de nós, historiadores, de que esses não são nossos “lugares”, de que algo de nossos estudos seria deturpado se sua legitimidade fosse procurada em alguma entidade que se aproximasse do mercado. Onde estudei há uma rádio educativa sedenta de divulgação de conhecimento, que estima a colaboração de historiadores e de outros “cientistas” com programas conceituais totalmente deixados a cargo da concepção de seus formuladores. Alunos e professores de vários cursos têm iniciativas lá. Os historiadores, por iniciativa própria, praticamente não aparecem! Por quê?

Questões conceituais do debate e as razões de todos os lados

Talvez já se possa vislumbrar nossa mensagem – a de que os historiadores poderiam participar desse grande movimento do que seria uma “hiper-valorização” do passado, talvez com outros parâmetros - e que nosso argumento propõe discutir a possibilidade de historiadores poderem apresentar a história por meio de outras modalidades narrativas que não seja apenas o texto. Mas há algo mais: nossa mensagem reconhece que essa possibilidade envolve questões teóricas a serem discutidas! A questão não parece ser apenas brasileira. Serge Gruzinski esteve em 2008 na UFMG fazendo palestras e falava do embaraço de historiadores franceses em consultorias para exposições, e com um livro na mão exclamava indignado: "a gente só sabe escrever livros!!!". O historiador francês não manifesta aí, de forma sub-reptícia, uma indignação que é teórica? Não é pouco achar que só aprendemos/ensinamos/transmitimos o conhecimento por livros?

A Nova História francesa é motivo de controvérsia quando se verifica que sua legitimidade historiográfica se construiu *pari passu* a uma relação vantajosa e lucrativa com um mercado de massa midiático que envolveu publicação de coleções de livros para o grande público, emissões de rádio e de tevê, revistas de circulação ampla. Retemos por ora apenas algumas afirmações dos *nouveaux historiens* quanto ao que entendem a relação da História com as mídias, eletrônicas ou não: “[História] Nova porque põe em causa o próprio lugar do observador, do historiador, que, como explica muitíssimo bem Pierre Nora, já deixou de falar sob um ponto de vista absoluto – Deus, o progresso da Humanidade, a luta de classes – tendo, pelo contrário, de justificar a necessidade e a urgência dos seus trabalhos”.⁶ Identificando o que considera um “êxito” que os mass-media introduzem na profissão de historiador e a questão mais propriamente historiográfica que o fato suscita, De Certeau assegura que o fato liga *produção* de conhecimento e sua *apresentação*:

(...) A reflexão sobre a produção, quer dizer, sobre a metodologia, insistiu sempre mais no inventário, na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Ora, a passagem do livro especializado ao filme e à emissão televisionada exige que se repense a relação existente entre o trabalho profissional da investigação (também ele modificado) e a representação historiográfica. Há que indagar também a respeito da “encenação” da História, num momento em que se multiplicam as possibilidades e em que ela se inscreve manifestamente como uma variante dentro do campo mais vasto do espetáculo. Em que medida é histórica uma representação literária ou filmada? Como é o discurso histórico, é um espetáculo específico? (LE GOFF ; LE ROY LADURIE; DUBY et.all. 1977:20)

E Le Goff faz uma tirada otimista, embora indignante para muitos de nós. “De fato, estou cada vez mais convencido de que a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem pôr-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação. (...)” (LE GOFF, 1982:17) Contra o que poderíamos identificar de um ceticismo da parte dos que resistem experimentar os “novos meios de comunicação” para representar a História - através dos quais se estabelecerá uma relação com a cultura histórica geral também legítima - Stephen Bann toma a História Nova para verificar a diferença entre os sistemas de referência de autoridade das historiografias inglesa e francesa. Na Inglaterra, os historiadores teriam preferido os “corredores do poder” a fim de justificar sua

⁶ O trecho é apócrifo e consta da Introdução de LE GOFF ; LE ROY LADURIE; DUBY, 1977.

autoridade de cientistas, enquanto os historiadores franceses legitimavam-se na venda de livros de não-ficção para o mercado. O autor reconhece aí um dilema mal resolvido na cultura histórica [historiadora]: “(...) continuar a dirigir-se a comunidade de historiadores diplomados ou irromper decididamente no mercado popular que pode, teoricamente, ser capturado sem qualquer perda nos padrões críticos. (...)” (BANN, 1994:29)

A discussão não é tranqüila, há razões de todos os lados. Há argumentos contrários, e é honesto que sejam mencionados. O historiador Astor Diehl reconhece a “revolução historiográfica” realizada pela História Nova, mas releva sua “patologia” provocada por sua “forte tendência ao mercado” e, em termos da busca dos parâmetros modernos da ciência”, a perda de sentido dos *nouvelles*: “(...) um afrancesamento [da História] pelo qual ocorre uma aproximação da nova história francesa e da história cultural, fazendo da história uma forma mediática de comunicação entre passado e presente. (...)” (DIEHL, 2002:189). Escrevendo em 1993 sobre um “incêndio cenográfico” na historiografia brasileira promovido pela afluência saliente da Nova História francesa, o historiador Carlos Fico expunha suas restrições. A História, dizia, “tem se tornado interessante para o grande público”, mas o que repercute é apenas o exótico, o místico, enfim o que promove algum espetáculo, mas, principalmente, o que não se pode abordar por parâmetros racionalistas e que faz referência a “um indivíduo ou a um episódio particularíssimo”. Acusando a falta de explicitação de critérios de objetividade, o risco de que a “relação do historiador com os meios de massa e o mercado editorial” podia induzir a uma “comercialização sistemática de escolhas de temas de pesquisa” e o constrangimento que sofriam os trabalhos motivados mais pela sua repercussão do que por critérios de validade científica, o historiador aconselhava: “as concessões que a comunidade de historiadores, aqui e em outros países do mundo, têm feito a chamada ‘cultura massificada’ talvez sejam em número maior que o desejável” (FICO, 1994, p.123). Já o historiador José Carlos Reis resgata Marc Bloch sobre a serventia da História. A História tem uma “utilidade pragmática de valor incalculável”, estabelecendo o “diálogo entre os homens passados, em suas situações e soluções específicas, e os homens do presente, em seus problemas específicos.” A utilidade da História é que ela “restabelece o diálogo entre o presente e o passado, entre os homens mortos, que recuperam a vida, e os homens vivos, que reconhecem a morte.”

(REIS, 2004:109). A utilidade e a legitimidade da História são secundárias, mas nem por isso inexistente. “Pelo contrário, a consideramos de um valor inestimável: o historiador é nada mais nada menos do que o ‘mediador de um diálogo’ (...) entre os homens passados, cuja presença torna-se viva, e os homens presentes, que se sentem menos solitários e desprotegidos (...)”. Aos homens do passado, esse diálogo oferece “igualmente a esperança de sobreviverem a sua finitude (...) à administração da intolerável experiência da finitude”. (REIS, 2004:112/113).

A questão da atuação do historiador em outros espaços, com outras formas de texto, encontra raízes em algumas outras tópicas teóricas que, se não resolve problemas definitivamente, ajudam, pelo menos, a relevar que as questões de que vamos tratando precisam ser tratadas com mais teoria. Se admitimos que o historiador já não é mais o mesmo, se a sociedade se movimenta a fim de se interessar pela memória e procurar sentido para suas vidas numa sociedade que tem relação cada vez mais abstrata com as coisas, talvez devêssemos retomar os debates sobre a narrativa histórica, onde se abriga a discussão epistemológica sobre a *representação da história* como tarefa do historiador tão nobre quanto sua produção científica. No interior da discussão sobre a narrativa histórica, Hayden White aponta o que historiadores já de algum tempo têm consciência: “(...) A ciência é também uma prática que precisa ser tão crítica quanto ao modo como *descreve* seus objetos de estudo quanto é na relação ao modo como *explica* suas estruturas e processos” (WHITE, 1991:47).

A História do Tempo Presente talvez ajude-nos a pensar os termos de nossa mensagem e argumento. Estudando o surgimento da Escola Metódica Francesa na segunda metade do século XIX e o conflito dos historiadores profissionais com eruditos amadores, Marieta de Moraes Ferreira identifica o surgimento do tempo presente como dimensão de estudo para historiadores a partir da retomada de uma perspectiva que a Escola Metódica recusara no século XIX. Tal perspectiva incluía conceitos sobre fonte histórica, tempo passado, papel da memória e relação dos historiadores com a cultura histórica em geral. A História do Tempo Presente retoma, no século XX, o que os eruditos franceses dos séculos XVIII e XIX haviam acreditado: que testemunhos históricos são fonte histórica legítima, a história contemporânea pode ser objetiva, a memória oral não é mais problemática que a escrita, a função política da História em formar cidadãos pode partir de fatos de passado recentes como remotos, e, finalmente, o

compartilhamento do tempo histórico do historiador com aqueles que fazem a história pode ter um lado positivo, visto que o historiador deve dividir “(...) com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. (...) a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada (...).⁷ (CHARTIER, 1993 *apud* FERREIRA, 2000:10)

Para a autora, no curso do processo, houve uma expansão da perspectiva que “explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens (...)”, houve um “grande dinamismo e renovação para o campo disciplinar da história (...) com ampliação do movimento editorial” e, principalmente, um “interesse crescente da sociedade em geral pelos temas históricos”. Diz a autora: “(...) a sociedade de modo geral também tem demonstrado interesse na recuperação da memória coletiva e individual. É um fenômeno facilmente detectável (...)”. E o que é crucial: “a demanda pelo estudo da história recente tem assim levado a comunidade dos historiadores a rever suas posições” (FERREIRA, 2000:12). A nova realidade traz desafios, no entanto. “Novamente os historiadores confrontam-se com a competição dos amadores e com o crescimento do interesse pela história política e pedagógica. (...)”. Renasce um velho dilema: o de “fazer valer as regras para a escrita da história científica das teses e monografias eruditas e passá-las ao manual de ensino superior e depois às sínteses para o grande público”. Pergunta a autora como será “transformar as novas aquisições inovadoras produzidas pela academia para estendê-las ao grande público? Como produzir uma história seguindo as regras científicas e ao mesmo tempo produzir manuais necessários à formação política e cívica dos cidadãos das sociedades modernas?” (FERREIRA, 2000:12)

Os desafios colocados pela historiadora vai ao encontro do que vamos discutindo acerca do interesse que a História tem despertado. O acolhimento da História do Tempo Presente não reflete premissas do metiê historiográfico que acabam por interessar a sociedade em geral como protagonista de fatos históricos? A concorrência dos amadores não seria saudável se nós, historiadores, conseguíssemos colocar nossos posicionamentos sobre a história e a memória reconhecendo que somos

⁷ CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

uma, mas apenas uma, das referências quando se trata de analisar o passado? O fato-desafio nos convida a um convívio social que pode ser bastante salutar sem que por isso percamos nossos padrões críticos. A formulação de Beatriz Sarlo põe uma pedra provisória sobre a questão:

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos de lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum (SARLO, 2007:9)

Para Ricouer, “a história não pertence apenas aos historiadores” (RICOUER, 2002, p.59 *apud.* PEREIRA, 2009:25), e a reflexão de Manoel Guimarães parece-nos seminal: “A história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de ‘cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança’” (GUIMARÃES, 2006, p.70 *apud.* PEREIRA, 2009, p.25). Há historiadores e cientistas da cultura que declaram com apreensão o que seria o isolamento de historiadores e a perda evidente da importância da História na consciência pública em geral. Analisando, no início dos anos 80, as “mudanças decisivas” na historiografia alemã nos anos 70 do século XX, Etienne François indica que, saídos de seu isolamento, os historiadores e a História ainda ocupam um lugar secundário entre as ciências humanas no país, e indaga se não há um problema de circunscrição da História ao metiê profissional: “as grandes dificuldades enfrentadas pelos historiadores alemães para comover um público que ultrapassa o círculo estreito dos especialistas não serão, por acaso, um sinal de que a mutação da historiografia alemã talvez esteja menos adiantada do que se poderia acreditar no estrangeiro?” (FRANÇOIS, 1993:27). Stephen Bann avalia a situação de uma crise na História, mesmo admitindo que os historiadores “são mais numerosos do que jamais foram”. Eles estão desafiados a “ter de justificar a relevância sociocultural de suas atividades”, já que sua relevância “para a sociedade não é assumida como auto-evidente”, pondo os historiadores numa situação desconcertante de terem que dar “muitas explicações” sobre sua função e utilidade (BANN, 1994:151)

No Brasil, de maneira geral, os historiadores somos vistos pejorativamente como alguém que ama coisas velhas e museus. Se isso tem um fundo de estupidez, não haverá

também um pouco de verdade? O fato não nos convoca a revermos conceitos e idéias, sabermos transmitir a história e a memória sem incorrer no distanciamento político e dialógico com a sociedade? Nossa referência de autoridade se esboroa quando passamos a viver uma situação de concorrência que nos obriga a algumas habilidades que nunca antes foram necessárias, porque sempre soubemos nos proteger de nós mesmos. Enquanto a História estudou um passado distante só acessível aos especialistas, éramos impecáveis, e agora, que fazer agora, quando estamos ao alcance, senão do conhecimento, pelo menos do juízo de muitos, mais até dos “simples amadores”, de quem a História, um dia, teve de se distanciar por um ideal científico?

Chaves teóricas de análise importantes parece-nos que se abrigam no grande debate sobre a distinção entre narrativa histórica e narrativa científica, que recoloca em pauta com força a relevância a tarefa de o historiador saber *apresentar* sua produção. A colocação da questão sobre a atuação do historiador em espaços que lhe seriam furtivos, como as mídias eletrônicas e/ou sobre a realização pelo historiador de produtos para públicos não-especialistas – o que implica saber dizer/escrever segundo convenções de expressão que não são do metiê – tem raízes conceituais, então. Finalmente assumida pelos historiadores desde os anos 80, no debate afirma-se que o ideal de ciência histórica no século XVIII postulou que a história não precisaria ser apresentada, já ela teria sua própria voz e o historiador apenas teria de dispor dos fatos históricos rigorosamente descobertos conforme a análise metódica de documentos de arquivo. *Para que o historiador representar, se a história falaria por si mesmo?* A pretensão de imparcialidade de Ranke ocultava um gesto de honestidade: ele dispunha os fatos – relativos a todas as partes envolvidas no processo histórico – para que, uma vez entregues ao leitor, ele, leitor, pudesse ouvir a história e fazer seu próprio juízo.⁸ François Hartog esclarece muito bem a questão a partir da análise do historiador como um expositor do passado na tradição retórica comparado ao historiador como um cientista sem voz da tradição historicista, afinal o historiador retórico precisa saber apresentar e o historiador historicista precisava calar-se.⁹ É assim que nos perguntamos se a participação do historiador em outros espaços de atuação e capaz de habilidades que não limitem a transmissão do saber à habilidade de escrever, não é

⁸ A idéia é de CASSIRER, 2005.

⁹ Ver HARTOG, 1998.

questão teórica a ser enfrentada? Os historiadores franceses da Nova História – como parte de estratégias de prestígio social, sem dúvida – expuseram-se a críticas ao assumir a viabilidade da transmissão do saber da História em espaços que, numa certa concepção da disciplina, seriam incompatíveis com o conhecimento científico. Michel de Certeau, Jacques Le Goff e outros assim o fizeram. De Certeau foi incisivo sobre a História como espetáculo, mas não recusando a questão como impensável, mas, uma vez existente, como questão com suficiente dignidade a ponto de participar do debate teórico do historiador sobre a História. Depois de publicar *A Escrita da História* em 1975, examinando a trajetória da Nova História, o historiador não sabe dizer se o fenômeno de aparição de historiadores nos meios massivos são depreciadores do rigor científico.

Há um aspecto deste êxito que me impressiona: o apelo ao historiador como testemunho do real. O historiador diz: isto passou-se deste modo ou daquele. Ele compreende. Vê o que está por detrás das aparências e diante ou sob o presente (...) “O real fala-vos” eis a legenda inscrita debaixo das representações produzidas pelo historiador. Isso fascina uma sociedade que tem uma relação cada vez mais abstrata consigo mesma e com as coisas, e que volta a exigir esta ficção do real. Talvez essa procura venha a provocar nos produtores de historiografia uma dupla e paradoxal oferta: uma, da sua autoridade de peritos, que lhe permite atuar e usufruir na cena pública; a outra, da realidade daquilo que apresentam aos consumidores. Esses dois fenômenos de marketing são bastante contrários à disciplina científica, que pretende o esbatimento do autor face ao conteúdo verificável da sua investigação e que articula os resultados sobre as hipóteses de que eles são o efeito. Dever-se-á reconhecer nisto uma submissão da produção científica à lei da procura comercial? (LE GOFF ; LE ROY LADURIE; DUBY et.all. 1977:15)

Colocando a questão da escrita da História como um “problema interno da disciplina”, o historiador resvala sobre o tema controverso da transmissão da História. Afirma sobre os “efeitos de sedução” e de autoridade da escrita sobre o “grande público” como pertinentes ao “próprio papel da História, ontem e hoje”. E constata: “A metodologia atua como se tudo se passasse nos arquivos, grutas onde nasceriam os historiadores, e como se a própria produção fosse ‘literatura’, pertencente à genialidade individual dos heróis saídos dessas cavernas.” E conclui: “De fato, a História, arte de tratar os restos, é também uma arte da encenação, e as duas estão estreitamente ligadas” (LE GOFF ; LE ROY LADURIE; DUBY et.all. 1977:15). Se a Memória concorre com a História, se a Memória escapa da História porque ela garante – e isso não seria um fato auspicioso? – a todos o direito ao passado como um “direito a lembrança”, não

haveria oportunidade para o historiador de assim também o fazer, participando ao invés de se fechar em si mesmo? Também Beatriz Sarlo toca no problema ao rever as “visões do passado” embutidas em “modalidades não-acadêmicas de texto” quando comparadas a textos acadêmicos. Analisando os textos não-acadêmicos escritos sobre as décadas de 60 e 70 na Argentina e América Latina, Sarlo considera em especial as “reconstituições baseadas em fontes testemunhais” e assegura que são versões do passado que “se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado”. Garantem um sentido e oferecem “consolo” porque oferecem princípios simples que “reduplicam modos de percepção social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele”, oferecendo certezas e não hipóteses. A autora considera, todavia, uma questão relativa ao historiador acadêmico: falta-lhe um “princípio explicativo forte e com capacidade inclusiva”, o que provoca “insegurança perturbadora” pública pelo passado. Beatriz Sarlo analisa as “modalidades comerciais” com que o passado circula nas “sociedades midiáticas”, o que, muitas vezes, despertam a “desconfiança, a crítica e a inveja rancorosa daqueles profissionais [historiadores] que baseiam sua prática apenas na rotina do método”. E termina com uma advertência:

Como a dimensão simbólica das sociedades em que vivemos está organizada pelo mercado, os critérios são o êxito e o alinhamento com o senso comum dos consumidores. Nessa concorrência, a história acadêmica perde por motivos de método, mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade (SARLO, 2004:14, 15)

Os desafios não nos convidam a nós historiadores à versatilidade, a outras “artes”, sem deixar de sermos os profissionais que somos, com formação específica de qualidade? O movimento de criação da profissão de “historiador” poderá ser inócuo se não houver alguma abertura de nossos cursos para componentes de formação mais afeitos a capacitar-nos a fim de atuar em outros lugares que podem ser “nossos” também e com mais condições de competir. Talvez estejamos vivendo não um desafio, mas passando por uma encruzilhada. Ou encontramos uma terceira margem – que não seja nem a submissão ao público nem o abandono total do juízo da sociedade - ou nos afundaremos na fragmentação que inventamos. Bom que haja novas questões – às vezes

até mais triviais e corriqueiras – vindas da sociedade em geral sobre nosso lugar: elas talvez motivem os historiadores a se mexerem.

Propostas de encaminhamento. Será?

Até prova em contrário, já existem iniciativas de apresentação da História no Brasil que não se limitam ao texto escrito “sem a perda dos padrões críticos”. E nem mesmo faltam cursos de graduação que já perceberam que é preciso abrir-se para novas possibilidades de atuação e visando o mercado de trabalho. O perfil do historiador que muitos cursos de História desejam está publicado na apresentação dos mesmos em seus sites. O aluno graduado em História tem sido pensado como um produtor de textos, mas não só. A apresentação de muitos cursos de História revela que o aluno será formado para habilidades tradicionais, mas essas devem ser combinadas a novas habilidades que marcam um tempo de pluralidade e *de novas habilidades para saber apresentar a história*. Não tenhamos dúvida: a História muda com a história! O projeto de lei de profissionalização acompanha um movimento social mais amplo e parece apenas oficializar o que já é moeda corrente. Blogs como o Café História e sites de diversos especialistas estão na internet oferecendo material textual, visual e em áudio da melhor qualidade.

Algumas iniciativas têm sido tentadas e algumas já são exemplares. Sobre rádio, são muitas as universidades públicas brasileiras que têm sua rádio educativa e cultural onde historiadores poderiam dominar a técnica do rádio a fim de praticá-lo, rádios e tevês culturais onde apresentações conceituais podem ser realizadas. Lamentável ou não constatar que exposições temáticas que envolvem memória e história têm sido ocupadas por *web-designers*, estilistas de moda, arquitetos, etc. Na ANPUH de 2007, em São Leopoldo, houve mesa-redonda sobre os “espaços de atuação do historiador”. Na mesa estava o historiador-editor da Revista de História da Biblioteca Nacional, que falou pela publicação – uma iniciativa exitosa que vende em banca de jornal para um leitor formado e não-especialista. A revista exige que jornalistas e historiadores troquem seus conhecimentos e ela talvez seja o exemplo mais saliente de produto e de espaço de atuação para historiadores que une qualidade de produção em padrões críticos. O editor da revista diz da relação entre difusão de conhecimento histórico e papel formador da História:

História e ciências humanas têm um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência. São processos que têm uma linha direta com o debate nas universidades e centros de pesquisa e, por isso, difundir o que pensamos ali é alcançar interlocutores até então alheios, reformular conceitos cristalizados por aí, formar novos referenciais de consciência. Logo, cuidar da formação de um público.¹⁰

Sobre a tiragem e o alcance da revista, Figueiredo concebe um ideal que requer a participação social do historiador numa sociedade democratizada, o que já tem sido valorizado por muitos historiadores acadêmicos:

Historiadores têm um compromisso social inato, são sensíveis às possibilidades asseguradas pelo grande alcance de seu trabalho. Assim, hoje a idéia de preparar um texto mais direto, com linguagem mais descompromissada, simplificado mas sem simplificação das idéias fundamentais, não é vista com a estranheza de outrora. E a abertura que a publicação na revista permite, como o diálogo com os leitores que comentam, criticam e reconhecem o valor da leitura, reforça isto. O conhecimento histórico está hoje democratizado como jamais se viu.

Como vamos dizendo, parece que nós, historiadores, estamos numa encruzilhada, e o momento, sendo de grandes desafios, talvez exija ousadia e participação. Há riscos e deve-se ter cautela, mas é preciso arriscar. Arriscar para lidar com o que seria um desdém e uma total falta de importância da História na consciência pública. Melhor: a crença na falta de importância, afinal o passado é um pouco como a lei da gravidade – pior para aquele que não acredita que ele nos acompanha como nossa sombra. Como lidar com ele é a questão, e nós, historiadores, temos um papel fundamental nesse ensino e aprendizado. Se acreditarmos nisso, talvez comecemos a perceber que mais pessoas além de nós mesmos querem saber nossas idéias, opiniões e posicionamentos a fim de ajudá-los de alguma forma.

Algo de nossa formação não poderia mudar a fim de atuarmos? Nossos cursos não poderiam incorporar uma ou outra disciplina de Artes Visuais, Cinema, Comunicação? Não poderíamos ter pequenos “núcleos de formação” dentro dos cursos que envolvessem disciplinas que nos ensinassem o que é “fazer roteiro”, “editar

¹⁰ A entrevista com o historiador Luciano Figueiredo está em *Revista Mosaico*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, do CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. As citações do historiador feitas aqui são da entrevista, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=entrevista/entrevista-com-luciano-raposo-de-almeida-figueiredo>. Acreditamos que o simples fato de estar a entrevista numa revista discente de um programa de pós-graduação em História seja sintomático de um interesse isolado de alguns.

imagens e sons”, “montar um filme”, “escrever e editar jornal e revista”? Teríamos de ter alguma formação mínima nessas mídias, da mesma forma que temos uma robusta formação para a mídia “livro”. Não seria possível que os cursos de História incorporassem como trabalho final o video-documentário, o filme, o programa de rádio, um plano de proteção de patrimônio com fotografias, um artigo de revista? Não falo isso tudo para derruir nossa excelência acadêmica. A formação sólida tem de existir sempre: podemos nos propor a atuar em outros espaços porque somos consistentes! Há muito já incorporamos o cinema, a fotografia, o rádio, a revista, como objetos de análise. Não será hora de adotá-los como instrumentos de nossas práticas, instrumentos que há muito tempo são de nossa vida, pelos quais realizamos trocas intelectuais e imaginativas? Há riscos aí? Claro, mas onde não há riscos? O importante é que temos uma aparelhagem conceitual e experiências históricas que nos ajudam a pensar isso tudo sem sermos incoerentes. O movimento pela profissionalização é um bom momento para pormos questões sobre nossa formação, sobre quem somos e o que queremos ser.

Talvez seja possível comparar a relação que o público de modo geral tem com a História, com a relação que temos com a Medicina e os médicos. Antigamente, eles vinham até nossa casa, eram médicos da família: figura sacralizada, dele dependia o conhecimento de nosso corpo, não desconfiávamos de seu diagnóstico. Ao médico pertencia o saber sobre nosso corpo. Houve uma mudança radical: hoje discutimos com médicos o diagnóstico, queremos explicações, e estamos certos de que nós sabemos muito sobre nosso corpo que às vezes nem os médicos sabem. Se antes não havia negociação, hoje há! Mudamos nossa relação com a fonte do saber médico - nosso corpo – e com o sujeito que sabe nosso corpo. Não hesitamos rasgar a receita do médico e procurarmos outro, se desconfiamos de que ele não está certo! Os médicos perceberam isso: reclamam da auto-medicação e, tendo de dar explicações ao paciente, como qualquer sujeito social faz, de certa forma os médicos se libertaram de um fardo. Mais pessoas passaram a morrer ou a se salvar com isso? Não é assim a relação social com a “memória-corpo”? Com os “historiadores-médicos”? Já houve tempo que não se discutia com historiadores-cientistas, hoje nosso conhecimento de historiadores já – digamos - não nos pertence mais. Como dispor da vida-memória de tantos corpos sociais se eles sabem – ou acreditam que sabem - suas histórias tanto como nós, que estudamos o passado com método? Devemos levar nossa palavra à vida, sem pretender

que seja indiscutível. Talvez para o historiador, mudanças da cultura histórica exijam mudanças de sua própria cultura e da percepção de si mesmos e de sua disciplina para o conjunto da cultura histórica. Não é bom que assim o seja? Com tais mudanças da cultura histórica, talvez sairíamos perdendo, mas também ganhando. Provavelmente mudariam as expectativas sociais sobre os historiadores e a fé inabalável de que somos portadores de verdades. Se isso nos conclama e exige grande responsabilidade, sua impossibilidade virtual provavelmente nos libertará de um fardo, liberando-nos para outras ações e atividades que nos auxiliariam ao reconhecimento social, a lugares de trabalho e, talvez, a percepção de que podemos, como homens em diálogo, ajudar a construir uma existência pelo entendimento, pela negociação e pela aceitação das diferenças.

Referências Bibliográficas

- BANN, Stephen. As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado. SP: Ed.UNESP, 1994.
- CASSIRER, Ernst. *A História*. In: Ensaio sobre o homem. Lisboa: Martins Fontes, 2005.
- CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. Cultura Historiográfica. Memória, Identidade e Representação. Bauru, SP: EdUSC, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000
- FERRO, Marc. *A História Viglada*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica no Brasil. *Revista Anos 90*. POA, n.2, maio 1994, p.111-126
- FRANÇOIS, Etienne. Historiadores Alemães. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. RJ: Imago Editora, 1993.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil Oitocentista. In: _____. *Estudos sobre a escrita da História*. RJ: 7 Letras, 2006.
- HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: *Passados Recompuestos*. Campos e canteiros da História. RJ: Ed.UERJ, Ed.FGV, 1998. p.193-202.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. RJ: Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LE GOFF ; LE ROY LADURIE; DUBY et.all. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória*. Almanaque Abril. O tempo presente entre a história e o jornalismo

RICOUER, Paul. *Memoire: approches historiennes, approche philosophique. Le Débat*, Paris, Galimard, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. SP: Cia das Letras; BH: Editora UFMG, 2007.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *Revista de História*, ns.2/3 Campinas: UNICAMP, 1991.